Episódio 4 – Retomadas quilombolas e defesa jurídica de direitos humanos
Transcrição

Música de Abertura

Daniela Stefano: Olá, bom ter você aqui! Eu sou Dani: Stefano e apresento o podcast que celebra os 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.Também comemoramos 25 anos da publicação do livro Direitos Humanos no Brasil.As pessoas que fazem parte desta história compartilham memórias e análises sobre diversos temas em relação à defesa de direitos e à construção de justiça social no Brasil.

VINHETA DE ABERTURA

Selma Deolinda Mbaye: Nossos territórios invadidos pelas monoculturas de eucalipto, não vejo outra dinâmica, outra forma de olhar para isso que não seja a autodemarcação a retomada do nosso território. Então a retomada, ela é uma titulação possível num momento que a gente não acredita que o governo vai fazer algo.

Roberto Rainha: Quando foram feitas as primeiras retomadas, logo na sequência vem a repressão por parte do Estado, provocada pela empresa de eucalipto. Essa repressão veio via ação de reintegração de posse e o trabalho da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos foi fazer a oposição a essa reintegração de posse, explicando ao Poder Judiciário quais eram os objetivos dessa retomada, porque o que eles exatamente estavam fazendo era cobrando um direito do Estado que estava omisso diante daquela violação de direitos humanos

Música

Dani: Selma Dealdina Mbaye e Roberto Rainha são os convidados do episódio #4 do podcast Direitos Humanos no Brasil

Música

Dani: O Roberto Rainha atua há mais de 20 anos como advogado na Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. O trabalho dele tem como foco a defesa jurídica dos movimentos sociais e a formação de base. Roberto, qual a importância da defesa jurídica dos movimentos sociais do campo diante da violência do agronegócio?

Roberto: No meio rural, quando os trabalhadores vão reivindicar assentamentos, reivindicar créditos, a parcela conservadora da sociedade, formada pelos ruralistas, por aqueles que defendem o agronegócio, ignoram que a forma de pressão exercida pelos movimentos sociais é um meio legítimo para que eles façam com que o governo cumpra essa política pública de assentar as famílias sem terra e, uma vez assentados, que cumpra com políticas e incentivos agrícolas, com programas voltados para a agricultura familiar, que se não for essa forma de pressão como a história tem mostrado, essas políticas públicas não são efetivadas. E quando lutam por seus direitos, também sofrem violações por seus direitos. E na repressão surgem

inquéritos, surgem processos que se não forem profissionalmente acompanhados e se não for feita a defesa jurídica desses trabalhadores que lutam por direitos, pode ocorrer deles perderem um direito fundamental que é o direito à liberdade.

Dani: De que forma a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos atua na defesa jurídica dos movimentos sociais?

Roberto: A Rede Social de Justiça e Sireitos humanos tem uma preocupação com a liberdade, com o direito à vida, com a integridade física dos trabalhadores e das trabalhadoras, principalmente nas áreas rurais onde às vezes a repressão é maior por causa do isolamento dessas famílias. E sempre procurou fazer um trabalho de assessoria jurídica, permitindo com que essas famílias numa situação de conflito, de violência estatal ou privada, tivessem um acompanhamento técnico comprometido com a causa social e com a defesa de direitos humanos. Mas também quando acontece algum assassinato seja de trabalhador rural, trabalhadora rural, militante defensor de direitos humanos, buscar também, através de um trabalho de assessoria jurídica, que os culpados, os executores, os mandantes, os intermediários desses assassinatos ou dessas ameaças de morte, não fiquem impunes.

Música

Dani: Como é a atuação da Rede Social na formação de base?

Roberto: A Rede Social sempre entendeu que é importante as comunidades rurais indígenas, quilombolas, ribeirinhos como exemplo, além de terem seus direitos defendidos por advogados mas também conhecerem os seus próprios direitos para se apropriarem desses direitos e serem protagonistas das suas lutas, das suas reivindicações. Isso se dá mediante um trabalho de formação e capacitação com essas comunidades. Então, a partir do momento que essas pessoas das comunidades têm conhecimento dos seus direitos, se apropriam dos seus direitos, elas estão mais capacitadas, mais fortalecidas para falarem por si e reivindicarem e cobrarem que as políticas públicas sejam atendidas.

Dani: Você também tem uma atuação importante junto às comunidades quilombolas

Roberto: O trabalho de formação com as comunidades quilombolas, via Rede Social de Justiça e Direitos humanos teve início no estado do Maranhão, no território quilombola de Alcântara. Foram várias oficinas de formação e capacitação feitas em todas as comunidades, apresentando a convenção 169 da OIT, o artigo 68 dos atos das disposições constitucionais transitórias, outros instrumentos de defesa dos direitos humanos internacionais dos quais o Brasil faz parte. Essa experiência se demonstrou exitosa considerando que após essas oficinas, foi fundado um movimento contra a base de Alcântara, chamado MABE, que é o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial.

Dani: O advogado Aton Fon, da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, fala mais sobre esse proceso de formação em Alcântara no segundo episódio do podcast Direitos Humanos no Brasi, que está disponível em www.social.org.br. No Espírito Santo, por exemplo, essas

comunidades retomaram territórios que tinham sido grilados pelas empresas de monocultivos de eucalipto.

Roberto: Alguns representantes quilombolas, já apropriados dos seus direitos, foram falar da sua luta, reivindicar os seus direitos, fazerem as suas denúncias em organismos internacionais e de lá para cá esse trabalho de formação se estendeu até o Espírito Santo. Tivemos um bom período no território étnico quilombola Sapé do Norte, que é no norte do estado do Espírito Santo, e as comunidades daquele território, naquela ocasião, 2004, 2005, 2006, estavam sofrendo uma pressão grande por parte de uma empresa de eucalipto que estava cercando todo o território, praticamente expulsando os quilombolas dos seus territórios.

Música

Roberto: As famílias do território tiveram como iniciativa pressionar o poder público para que o território quilombola fosse demarcado e titulado, que é um direito que eles têm previsto pela Constituição, pela Convenção 169 da OIT. Essa manifestação foi uma das primeiras feitas pelos quilombolas no Brasil. Eles deram nome de retomada. Elas se mobilizaram, se formaram em movimento e foram fazer, então, esse processo de retomada.

Dani: Você chegou a acompanhar esse processo de retomada?

Roberto: Quando foram feitas as primeiras retomadas, logo na sequência vem a repressão por parte do Estado, provocada pela empresa de eucalipto. Essa repressão veio via ação de reintegração de posse e o trabalho da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, do ponto de vista jurídico, foi, em parceria com outros colegas advogados lá do Espírito Santo, fazer a oposição a essa reintegração de posse, apresentando contestação e explicando ao Poder Judiciário quais eram os objetivos dessa retomada para que não caracterizasse algum tipo de crime, porque o que eles exatamente estavam fazendo era cobrando um direito do Estado que estava omisso diante daquela violação de direitos humanos.

Música

Roberto: Por um lado, há uma trajetória histórica de descaso com o direito dessas famílias e, por outro lado, também a omissão do poder público, seja em garantir a reforma agrária, seja garantir políticas para o meio ambiente, garantias para a própria sustentabilidade dessas famílias e isso faz com que as famílias exercendo os seus direitos, vão fazer essas mobilizações

Música

Dani: Você está ouvindo Direitos Humanos no Brasil, um podcast em comemoração aos 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A 25ª edição do livro Direitos Humanos no Brasil já está disponível e pode ser lida e baixada em www.social.org.br.

Música

Dani: Selma dos Santos Dealdina Mbaye é ativista do movimento negro e quilombola do território Sapé do Norte no Espírito Santo. Ela faz parte do coletivo de mulheres da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, CONAQ. Sapé do Norte é uma região afetada por empresas como a Aracruz Celulose, que empobrecem a terra com o monocultivo de eucaliptos.

Selma: Isso é um reflexo e um resultado da ditadura militar. A Aracruz Celulose, implanta a sua empresa, a sua grande fábrica, em 1960. Então, naquele processo da ditadura militar. E naquele momento onde o Estado brasileiro cedia as áreas como um tipo de incentivo para que as grandes empresas viessem a instalar nos Estados.Mas, ironicamente, essas terras dadas para fazer esse tipo de doação eram as terras que pertenciam às comunidades quilombolas, aos povos originários.

Dani: Selma, de que forma essas empresas impactaram as comunidades rurais quilombolas?

Selma: O meu avô viu. O meu pai viu. Contava que chegavam os dois tratores enormes com os correntões, um de um lado da corrente e outro do outro, e passava e levava tudo que tinha pela frente: cercas, casas, matas, porque devastou. Você imagina a quantidade de plantas de fauna de flora de árvores, de flores de tudo. Impactou no extermínio de uma parte da cultura com muita gente aumentando a periferia, aumentando o desemprego, porque aquela história de trabalho não tem. É a precarização a desvalorização da cultura. Enquanto a empresa continuava violando, continuava comprando terra, continuava expulsando, batendo, secando rios. No Sapé do Norte, a maioria, vamos botar aí uns 90% tem nome de córrego. O meu mesmo é córrego do Angelim. Você vai lá, você nem encontra água nem pra remédio. Imagina, o meu avô, ele morreu com quase 90 anos, dizia o seguinte: aqui tinha o córrego, a gente pescava, tomava banho quando era criança. Brincava. Depois do eucalipto, o rio secou. Não houve mitigação, não houve compensação, não houve diálogo.

Música

Dani: Muitos quilombolas perderam os territórios com a expansão das empresas de eucalipto. A partir dos anos 2000, os movimentos quilombolas passaram a retomar os territórios. Você pode explicar esse processo?

Selma: Existem vários tipos de retomada eu quero falar de duas especificamente. Existe retomada da identidade. A retomada de poder dizer que é negra, a retomada de contar a história desses territórios que sempre estiveram ali, talvez invisíveis... e talvez essa invisibilidade era a proteção

música

Selma: O Chapoca, que é o Domingos Firminiano de Souza, que é uma liderança quilombola do Espírito Santo, ele tinha uma curiosidade cara, nosso povo, quantos somos?

E a gente foi para campo, por dois anos, para saber onde que estava esse povo. E a gente descobriu o verdadeiro Sapê do Norte, que nunca deixou de existir. Porque as pessoas resistem.Porque talvez pensaram que mataram todo mundo, e não, as pessoas estavam lá resistindo no meio da monocultura de eucalipto, sem energia, sem água, porque a energia não chega porque é muito longe para botar os postes e tudo mais. Então, a retomada da identidade.

Música

Selma: E a nossa identidade está atrelada ao território. Então, a segunda retomada é a questão do território, que uma não pode vir sem a outra, sabe? Porque para mim poder fazer retomada do território, eu preciso saber daonde que sou, de onde eu pertenço, quem sou eu. O governo Lula enrolava para fazer a titulação e aí a galera falou assim: vamos te dar uma ajudinha, já que você está com dificuldade de titular, nós vamos fazer a autodemarcação. E aquilo acendeu, assim: vamos fazer.
Então, nós fizemos no Linharinho, que é uma comunidade que está há 20 anos esperando esse processo da titulação e consequentemente os outros comunidades começaram a fazer a retomada dos seus territórios territórios que sempre nos pertenceu, ali existiam pessoas antes.

Música

Selma: A minha comunidade faz a retomada no final de 2020. A gente fez uma reunião com a comunidade e todo mundo topou. Minha comunidade Angelim 13 é uma dessas que só os velhos ficaram.Então agora a comunidade tem lá quase 120 famílias, não cabe todo mundo aqui, a gente tem que ir pra cima. Aí é o lugar que a gente fez a retomada. De lá, dessa área, meu pai já colheu umas 8 toneladas de abóbora, meu pai já colheu eu acho que quase 1 tonelada de aipim. Ele colheu a couve, colheu melancia, maxixe, quiabo meus primos estão vendendo quiabo pras feiras sai caixas e mais caixas.

música

Selma: Nossos territórios invadidos pelas monoculturas de eucalipto, não vejo outra dinâmica, outra forma de olhar para isso que não seja a autodemarcação a retomada do nosso território. Então a retomada, ela é uma titulação possível num momento que a gente não acredita que o governo vai fazer algo.

Dani: Você tem uma atuação na CONAQ, está em Brasília há 10 anos e acompanha diversos territórios no Brasil inteiro. Como é que você vê o panorama geral dos territórios quilombolas?

Selma: Muito ruim. No Brasil somos mais de 8 mil quilombos. Desses, pouco menos de 3.500 são certificados pela Fundação Cultural Palmares, pouco mais de 150 são titulados. Desses títulos, a grande maioria são de institutos estaduais, como é o caso do Pará e Maranhão. A gente tem estados grandes, como Minas que não tem um território titulado. Espírito Santo não tem um território titulado. Nós temos mais de 1.800 processos no Incra aguardando. Nós temos mais de 400 pedidos de certidões, nós temos 40 processos parados na Casa Civil que a gente

não sabe retorno. Nós temos situações que entraram no modo embromation, como é o caso de Alcântara, no Maranhão, que não está resolvido, Picadinha, no Mato Grosso, Kalunga, aqui em Goiás, Sapé do Norte, no Espírito Santo. E é muito contraditório porque agora no dia 20 de novembro de 2025 a gente comemora 30 anos da primeira titulação quilombola, que é do quilombo de Trombetas, em Oriximiná, no Pará. Mas a gente não tem o que comemorar. Você tem comunidades que não tem energia elétrica. E o governo falando em transição justa. O governo brasileiro não faz consulta, chega com esses projetos grandes, violenta os territórios e as pessoas que lá estão. E de justo não tem nada. omo é que você vai discutir transição justa se você não titula os territórios? Como é que você discute transição justa se as pessoas estão sendo assassinadas porque lutam pela terra? Depois de Dona Bernadete, 15 lideranças quilombolas foram executadas nesse país. Nenhuma teve justiça.

Dani: A líder quilombola Bernadete Pacífico, de 72 anos, foi morta a tiros em agosto de 2023, seis anos após o assassinato do seu filho Fábio Gabriel Pacífico dos Santos.

Música

Dani: Neste ano de 2025, a CONAQ completa 29 anos em defesa das comunidades quilombolas do Brasil. Quais conquistas você destaca?

Selma: O artigo 68 da Constituição prevê que aos remanescentes de quilombo seja titulado e que deve o governo reconhecer esses territórios. O problema é que o artigo 68 não explica quem é que vai fazer, por que vai fazer e quando é que vai fazer.
Então, o decreto 4887 de 2003 vem dizendo a tarefa. O decreto 4887 para mim é a maior conquista de todos os tempos, não só da CONAQ mas do movimento negro. Então o decreto 4887 é assinado em novembro e no ano seguinte já o PFL protocola o pedido de inconstitucionalidade do decreto que é ADI 3239.E isso aí a gente passa 10 anos guerreando até que saímos vitoriosos. O STF entendeu que não tem inconstitucionalidade. Recentemente tem a DPF 742 de setembro de 2020, onde obriga o Estado brasileiro a cumprir o que é função do Estado brasileiro, ou seja, a gente não estaria vacinados com máscaras. Talvez eu nem estaria aqui conversando contigo se não fosse a vacina que a gente teve que obrigar o governo Bolsonaro a mandar as doses e obedecer o calendário de público preferencial.

Música

Selma: A demanda internacional, ou seja, somos 13 países que têm esse debate. Criamos uma rede dos afrodescendentes rurais para poder fazer esse debate da luta pela terra nos seus mais variados países. As diretrizes curriculares quilombolas que vêm mostrando o diferencial do contar da história, a gente precisa poder continuar na valorização das identidades, de pertencimento, do lugar de fala.Tem o processo também de escrita, a gente está passando por um momento que vários quilombolas estão escrevendo, de mostrar que tem uma literatura perdida no espaço de tempo que é preciso resgatar e mostrar para a sociedade, a gente faz esse diálogo. Eu acho que a CONAQ desponta na última década mais para umas pautas com mais ênfase que é mulheres, juventude LGBT, direitos humanos.

Tem um tema mais recente agora que é da matriz africana. Então, agora a gente tem um coletivo específico para discutir sobre essa matriz africana e olhar para esse quilombo brasileiro, que tem as parteiras, as benzedeiras, as rezadeiras, as garrafeiras, as pessoas que sempre cuidaram do nosso corpo, do nosso espírito e que a gente precisa reconhecer essas pessoas. Mestres das folias, dos congos, das congadas, das marujadas, das tambores de crioulas, de toda forma de expressão cultural afro-brasileira que a gente vem mantendo dentro dos quilombos.

Música

Selma: Então a CONAQ é esse movimento coeso, dinâmico, complexo. É um movimento em movimento,o entendimento de que não titular território quilombola é uma questão racista de um país que é moldado pelo racismo, que tem privilégios pactuados, então a gente precisa também tratar disso. Quisera nós acordarmos amanhã e todos os territórios titulados. E aí a gente entra em outra briga que é a garantia à soberania e as tratativas desses espaços. Mas enquanto tiver um quilombo a ser titulado a gente ainda vai estar aqui.

Música

Dani: A atuação do movimento quilombola e a importância da defesa jurídica de trabalhadoras e trabalhadores que lutam pelos seus territórios foram temas do quarto episódio de Direitos Humanos no Brasil. Conversamos com o advogado Roberto Rainha, da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e a ativista do movimento negro Selma Dealdina Mbaye, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas, CONAQ.

Música

Dani: O podcast Direitos Humanos no Brasil é apresentado e produzido por Dani:ela Stefano. Música e mixagem de áudio: Luiz Mendonça | Narração da abertura e encerramento: Sergio Marone (Movimento Humanos por Direitos). | rte: Fábio Carvalho |Mídias sociais: Ana Rosa Carrara |Coordenação: Maria Luisa Mendonça
Um abraço solidário e até o próximo episódio.

Vinheta de encerramento